

MERVAL PEREIRA



Como crescer

• O governo brasileiro está empenhado nesses últimos dias do ano em fazer um diagnóstico da situação econômica para anunciar uma relação de medidas que garantirão a sustentabilidade do crescimento nos próximos anos. É consenso entre os principais assessores do presidente Lula que, em decorrência da política econômica adotada neste primeiro ano de governo, haverá crescimento do PIB de 3,5% em 2004, com inflação em torno de 5,5%. Um dos pontos que vêm sendo ressaltada consistentemente pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, é que o equilíbrio das contas que proporcionará esse crescimento foi alcançado com o governo federal cobrando menos impostos do que no ano passado.

Segundo os números oficiais, de janeiro a setembro de 2003, o superávit primário acumulado do setor público consolidado alcançou 5,08% do PIB — contra 4,98% do PIB acumulados de janeiro a setembro de 2002. E a arrecadação de receitas extraordinárias foi inferior à do ano passado em 1% do PIB.

Esse dado tem sido destacado em todas as palestras e entrevistas de Palocci, certamente para responder à campanha da oposição, especialmente o PFL, que acusa o governo de estar aumentando a carga tributária com a reforma.

Para os próximos anos, a estratégia fiscal do governo prevê a redução gradual da parcela da dívida indexada ao câmbio — que já está em andamento —; o aumento da parcela de títulos pré-fixados; e o alongamento dos prazos de vencimento dos títulos do governo.

Com essa política, e mais a manutenção do superávit primário nos mesmos níveis desse ano — Palocci chegou a dizer na convenção nacional do PT que o ideal seria manter o superávit de 4,25% do PIB pelos próximos dez anos, para escândalo de muitos —, a idéia é poder ampliar os gastos sociais do governo mesmo nas fases de retração da atividade econômica.

Seria a adoção da política anticíclica, em que os recursos acumulados nos momentos de maior expansão da economia seriam usados nos tempos de crise. Uma política que vem sendo defendida pelo senador Aloizio Mercadante; mas que a equipe econômica reluta em adotar.

Mesmo agora, a idéia é adotá-la, mas não no ano que vem. O temor é que a pressão por gastos interfira na política de austeridade fiscal, que ainda precisa ser assimilada pelo governo petista.

Um dos estudos que circulam pelo governo mostra a diferença entre o forte crescimento econômico do Brasil e o de alguns países, entre o começo da década de cinqüenta e o fim dos anos setenta do século passado, quando tivemos uma taxa média de crescimento de 7,4% ao ano.

Parte desse crescimento foi absorvida pelo grande aumento populacional no período, mas os dados de crescimento do produto por trabalhador são bastante significativos.

A taxa anual de crescimento do produto por trabalhador na economia brasileira foi de 2,9% entre 1960 e 1965, 3,8% entre 1965 e 1970, 4,5% entre 1970 e 1975 e 2,1% entre 1975 e 1980. Nos últimos 20 anos, como a taxa de crescimento médio do PIB foi de apenas 2,05% ao ano, o produto por trabalhador caiu para uma taxa anual de 2,2%, entre 1980 e 1985, e decresceu à taxa anual de 0,7%, entre 1985 e 1990.

Como mostra o estudo, na década de 90 houve uma recuperação da taxa de crescimento do produto por trabalhador, que cresceu 2,3%, entre

1990 e 1995, e 1% entre 1995 e 2000. Essa queda, no entanto, não aconteceu em alguns países. Os chamados tigres asiáticos (Coréia, Cingapura e Taiwan) tiveram crescimento do produto por trabalhador superior ao brasileiro, mesmo no período 1960-80, e mantiveram o bom desempenho da década de oitenta em diante.

Na Coréia, por exemplo, o produto por trabalhador cresceu à taxa anual de 3% no período 1960-65, 7,6% no período 1965-70, 5,2% no período 1970-75 e 4,6% no período 1975-80. Na década de 80, enquanto o produto por trabalhador no Brasil decresceu, a Coréia experimentou taxas anuais de crescimento do produto por trabalhador de 5,3% no período 1980-85 e 7,8% no período 1985-90.

Qual a diferença entre os dois tipos de crescimento? A questão estaria na montagem de uma estrutura institucional que garanta o crescimento sustentado de longo prazo, e é nisso que o governo trabalha.

Nesse contexto, reformas como a previdenciária e tributária, já aprovadas, e outras, em estudos, são fundamentais. Segundo estudos, reformas institucionais podem resultar em aumentos da taxa de crescimento por períodos relativamente longos. Há estudos que apontam mesmo a possibilidade de um aumento no crescimento da renda per capita de 2,5 pontos percentuais em relação à média dos 5 anos precedentes às reformas, por um período de pelo menos dez anos.

Da mesma maneira como fez com o documento "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", que causou polêmica ao defender a tese de que os gastos sociais do governo são apropriados pela camada mais rica da população, o Ministério da Fazenda está preparando um estudo sobre renúncias fiscais e subsídios da União. Com o objetivo de demonstrar que os escassos recursos públicos podem ser empregados em programas que não são capazes de favorecer o crescimento econômico e reduzir as desigualdades.

O diagnóstico é que a definição eficaz de onde alocar os recursos públicos exige uma comparação com os efeitos que outros programas, ainda não contemplados, poderiam ter. E também a criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

A proposta que está em debate no governo é criar não apenas mecanismos para avaliar a eficácia dos programas sociais, mas também fazer avaliações sobre o que aconteceria se o programa não existisse. Para medir a amplitude de seus efeitos relacionada com os custos.

Os incentivos fiscais e subsídios também serão definidos de acordo com as metas e objetivos atingidos por cada programa. Deverão ter prazo para terminar e serem reduzidos gradualmente.